

MAIS CRÉDITO PARA CONSUMIR EM 2012

ANO COMEÇA COM MEDIDAS DE ESTÍMULO AO CRÉDITO QUE DEVEM AQUECER O MERCADO INTERNO, PRINCIPALMENTE NA SEGUNDA METADE DO ANO



Começo de ano é época para balanços. A boa notícia, para comerciantes e consumidores, é que o período chega carregado de medidas que deverão estimular o acesso ao crédito, aquecendo o mercado interno, principalmente na segunda metade do ano.

Enquanto o fim de 2010 e o início de 2011 foram marcados pelas medidas macroprudenciais adotadas pelo governo, que temia uma pressão inflacionária por excesso de demanda, agora as medidas seguem no sentido oposto, revertendo às restrições de crédito.

A ação mais clara do Banco Central (BC) neste sentido é, sem dúvidas, a decisão de cortar a Selic, que já recuou 1,5 ponto porcentual desde julho, fechando 2011 em 11% ao ano.

Outras medidas também estão valendo. É o caso, por exemplo, do pagamento mínimo das dívidas assumidas no cartão de crédito, que caiu de 20% do total para 15%. Os financiamentos de crédito consignado, veículos automotivos e operações de crédito sem destinação específica ainda devem ficar mais baratos.

Além disso, o recolhimento compulsório de 100% dos recursos à prazo será reduzido. A partir de 24 de fevereiro, as instituições financeiras poderão dispor de 27% desse total para adquirir carteiras de crédito de outras instituições e, em 27 de abril, esse total sobe para 36%. Com isso, devemos ter um aumento na oferta de crédito no Sistema Financeiro Nacional (SFN).

Assim, apesar do cenário externo, o Brasil deve continuar crescendo apoiado no consumo das famílias.

pág. **02**

TRIBUTAÇÃO

País ainda sofre com sequelas da "guerra fiscal"

pág. **03**

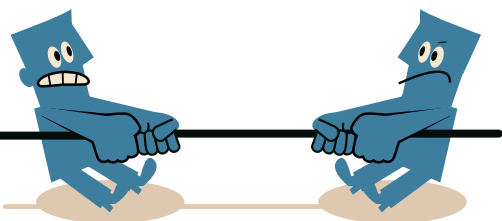
CONJUNTURA

Inflação deve baixar neste ano, mas Brasil ainda precisa de reformas

pág. **04**

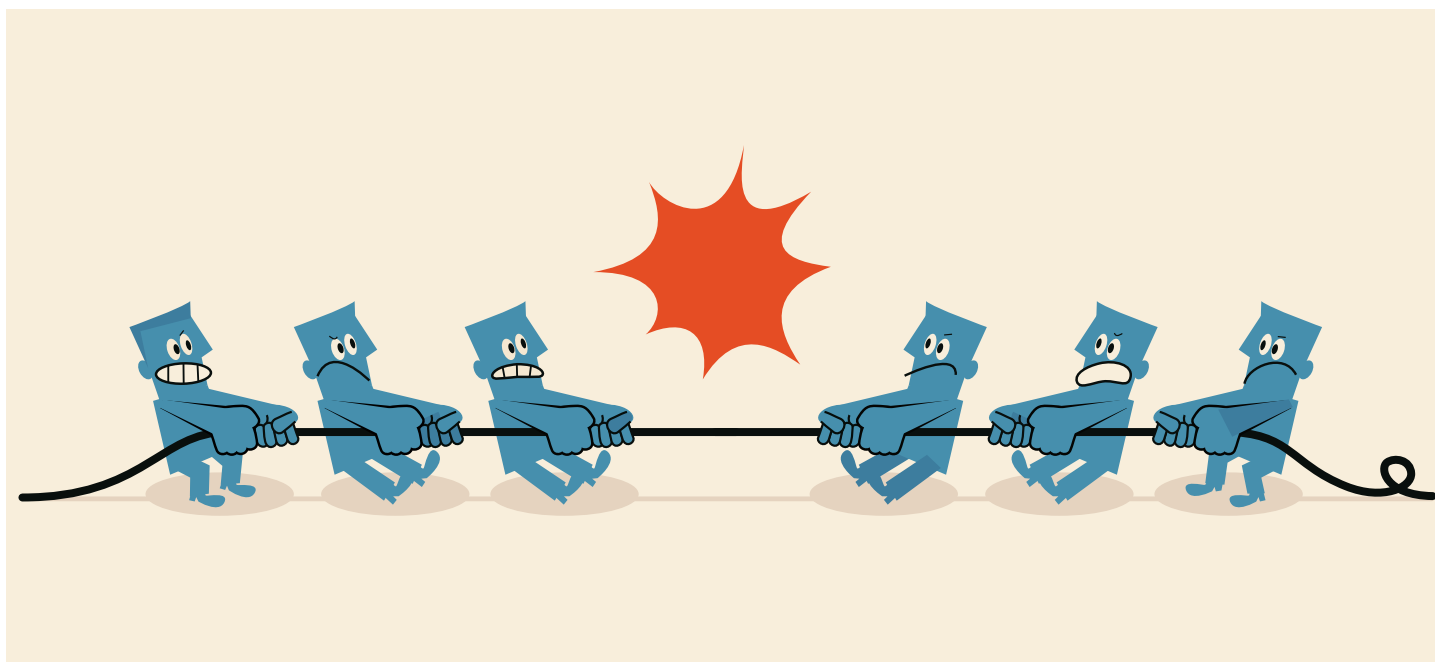
FINANÇAS

Queda da Selic muda cenário para investimentos



BATALHA SEM FIM

VORACIDADE TRIBUTÁRIA LEVA A PRECUPANTES FENÔMENOS COMO A “GUERRA FISCAL”



Não é de hoje que setores da sociedade, diante de tantas distorções e injustiças causadas pelo Sistema Tributário Nacional, tentam em vão buscar o entendimento, a partir do debate e do encaminhamento de propostas para a materialização de uma efetiva Reforma Tributária. Mas esse é um desafio quase impossível, uma luta inglória, considerados os agentes envolvidos e a complexidade das questões em jogo.

Nesse quadro destaca-se uma guerra que se arrasta desde os anos 70, aproximando-se de meio século. A “guerra fiscal”, resultante do conflito de interesses econômicos e políticos entre os Estados, sob o olhar contemplativo e a impotência da União, desponta como o principal empecilho na busca do equilíbrio e da integração, num processo predatório onde todos perdem, notadamente o País.

Resumidamente, ao disputarem entre si a atração de investimentos de grandes empresas para seu território, por meio da concessão de benefícios fiscais no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e financeiros, os Estados abrem mão de receitas, tendo assim que recorrer a fontes compensatórias, num círculo vicioso. O que explica, em parte, a “cultura” arraigada no poder tributante, a voracidade fiscal

e a necessidade de sempre arrecadar mais.

Portanto, dentre outras questões e alegações, não causa surpresa a pressão exercida pelos Estados, ainda ao fim de 2011, ao reivindicarem, junto ao Executivo federal, uma parcela maior do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a que têm direito constitucionalmente. Em outras palavras, a União abriria mão de parte de seus recursos, aumentando o bolo do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

No Conselho de Política Fazendária (Confaz), muito se discute, se reclama, cada Estado tem suas razões e reivindicações, mas nada de solução para a “guerra fiscal”, que parece não ter limites e muito menos fim.

A grande verdade, nesse imbróglia, é que nenhum dos governos - Estados e União - quer perder receita, ao contrário, cada qual busca o caminho que mais lhe convém, principalmente quando a ordem é arrecadar. Nesse impasse, diante do problema que lhe cabe solucionar, a União resolveu adiar para 2012 a busca de uma solução, ainda que provisória, para a “guerra fiscal.” Um osso duro de roer, sobretudo por suas implicações e desdobramentos políticos e econômicos.

Enquanto isso, cada Estado vai se vi-

rando como pode, o que mostra o “vale tudo” no campo fiscal e na arrecadação a qualquer custo, bastando lembrar, como exemplo, a recente decisão do Governo de São Paulo que, sem alterar as alíquotas do ICMS, apenas com ajustes no Imposto sobre Valor Agregado (IVA), aumentou a tributação sobre uma vasta gama de produtos eletroeletrônicos, o que certamente resultará na elevação de seus preços e na arrecadação tributária, aliás, negada pelas autoridades fazendárias.

São exemplos dessa natureza que mantêm o contribuinte descrente e colocam o empresário e o consumidor em permanente estado de alerta.

É de se lamentar, como a experiência tem demonstrado, que ao lado de arrecadações crescentes, os governos, com raras exceções, gastam muito e mal, pouco investem em setores vitais e estratégicos, comprometendo o social e o econômico, além de oferecerem à coletividade serviços, no mínimo, de qualidade discutível.

Enquanto reformas profundas não acontecem no âmbito das leis tributárias do País, é esperado que, ao menos, sejam reduzidas as ações perversas da “guerra fiscal” que ainda maculam o desenvolvimento da economia nacional.



INFLAÇÃO NO TETO DA META NÃO É BOM SINAL

**ESTE ANO ELA DEVE FECHAR AO REDOR DE 5,5%,
O QUE NÃO DESCARTA NECESSIDADE DE REFORMAS ESTRUTURAIS**

O resultado do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 2011, apresentado no início de janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), é positivo para a economia brasileira, mas está muito longe de ser o ideal. A FecomercioSP explica que, caso a inflação em 2011 tivesse sido superior ao teto de 6,5%, o Banco Central poderia passar a sofrer interferências políticas, que seria extremamente negativo para a imagem do País.

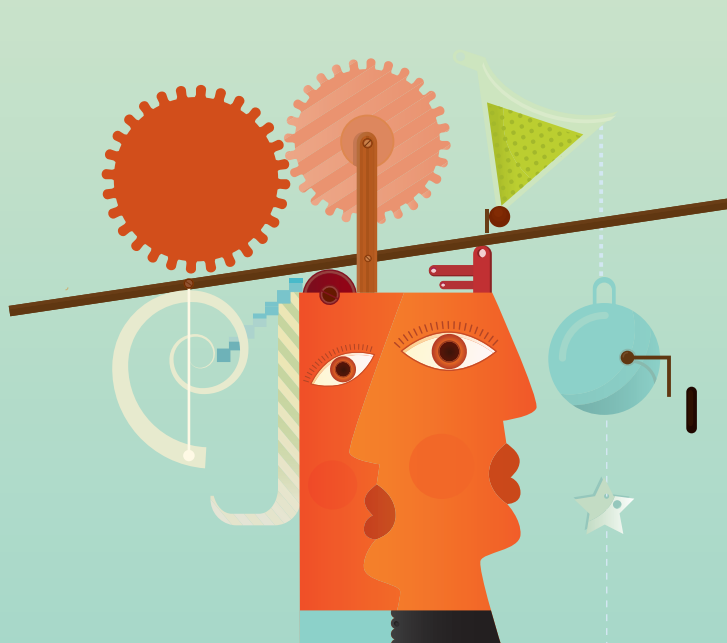
A entidade projeta inflação mais baixa para 2012, fechando o ano ao redor de 5,5%,

mas destaca que já passou da hora de o País trabalhar reformas importantíssimas, como a tributária e a trabalhista, para que tenha condições de continuar crescendo sem começar a ser assombrado pela inflação.

A Assessoria Técnica da FecomercioSP ressalta, também, que muitos dos aumentos da Selic ao longo do ano anterior foram equivocados e pouco fizeram para conter o avanço dos preços. "Conter inflação proveniente de gargalos produtivos e de fatores pontuais e localizados por meio de política monetária tradicional custa muito caro

em termos sociais e produz um efeito pífio, como vimos", destaca Abram Szajman, presidente da FecomercioSP.

Por fim, a Federação afirma que o setor de alimentação e bebida, que acumulou alta de 7,19% em 2011, deve continuar pesando no bolso da população ao longo do primeiro trimestre do ano. Fato que se deve a estiagem na região Sul do País e as chuvas excessivas no Sudeste que, além de prejudicar a safra, complicam a situação das rodovias, principal meio de escoação da produção nacional.



3º PRÊMIO
FECOMERCIO
de sustentabilidade

O MUNDO PRECISA
DE NOVAS IDEIAS.
VOCÊ TEM ALGUMA?

Realização:



FECOMERCIO SP
Representa muito para você.

Apoio:

Coordenação Técnica:



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO
DO VAREJO RESPONSÁVEL

Para mudar hábitos e impactar a sociedade, a economia e o meio ambiente de maneira positiva, precisamos colocar novas ideias em prática. Se você pensa desta maneira, participe do **3º Prêmio Fecomercio de Sustentabilidade**, que vai destacar práticas e projetos realmente inovadores.

Inscrições abertas. Para mais informações, acesse: www.fecomercio.com.br/sustentabilidade

INVESTIMENTOS: TUDO SOB A ÓTICA DA QUEDA DA SELIC

COPOM CORTA A SELIC EM 0,5 PONTO PORCENTUAL E A FECOMERCIO SP ACREDITA QUE A TAXA DEVA CAIR PARA 10% NO PRIMEIRO SEMESTRE

O ano começou com a Selic em 11% e logo na primeira reunião do Copom houve corte de 0,5 ponto percentual, reduzindo a Selic para 10,5% ao ano. A FecomercioSP acredita que a taxa deve cair para 10% ainda no primeiro semestre de 2012. Hoje é muito difícil fazer o prognóstico de quedas adicionais da Selic, porém é provável que o Banco Central (BC) corte a Selic até, pelo menos, 9,75%, para que o juro básico fique na tão famosa casa de um dígito. Da metade do ano para frente tudo vai depender do comportamento da inflação, que tem sido bastante errático. Ainda não há consenso de que tudo está sob controle neste quesito, portanto, futuras quedas mais agressivas da Selic serão pautadas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Ou seja, as ações se basearão em fatos e não nos prognósticos, que têm sido desmentidos sistematicamente, para bem e para mal.

Independentemente do que irá ocorrer com a Selic após a metade do ano, as recentes quedas da taxa básica de juros já são relevantes para que voltemos a analisar as estratégias de investimento. Com a queda nas taxas básicas de juros, os rendimentos em aplicações em CDI – que são referenciadas na Selic – passam a ter concorrentes bastante interessantes. Junte-se a esse fator a projeção mais otimista de retorno das ações e o panorama em relação à 2011 fica muito alterado. Veja quadro com alguns prognósticos e



simulações para aplicações hoje e no final do primeiro semestre. Nele os retornos líquidos das aplicações do DI estão calculados com base numa estimativa média de aplicação bancária estimada. Na realidade, o resultado real médio deve ficar muito próximo ao abaixo apresentado.

Em 2011, foi mais fácil indicar aplicações para os leitores e pequenos poupadores. Nossa regra é ser simples, garantir que a aplicação seja de fácil compreensão e possa ser feita com pouca burocracia. Também avaliamos aplicações que pos-

sam ser feitas com poucos recursos e não necessitem de vastos conhecimentos em finanças e economia para que se possa acompanhar. Ou seja, a preocupação deste boletim não é com o grande investidor que pode – e deve – diversificar o portfólio e que certamente tem o aconselhamento personalizado. Nosso foco é o pequeno investidor/poupador, a maioria das pessoas. Sendo assim, não há grandes mistérios nem composição de carteiras híbridas com engenharia financeira complexa apoiada em derivativos e hedges ou outros nomes complicados. Assim, as opções são simples:

1. Poupança: como as aplicações em Caderneta de Poupança têm condições especiais de tributação e também um piso de rendimento de mais de 6% ao ano (0,5pp ao mês + TR), a aplicação rivaliza com o rendimento líquido do DI e, a partir das próximas quedas da Selic, deve até mesmo superar outras aplicações de renda fixa pura;

2. Renda Fixa Pura: por lógica, como a poupança está rendendo a mesma coisa e talvez em breve venha a render um pouco mais, esse investimento, campeão nos últimos dois anos, deixa de ser o mais indicado;

3. Renda Fixa Mista: talvez esse seja o caminho mais indicado neste momento. Uma vez que o comportamento da inflação no segundo semestre ainda não pode ser previsto.

Como se sabe, nada é garantido no mercado de ações, mas, em tese, existem condições favoráveis que devem alavancar algumas ações, principalmente as vedetes como Vale, Petro e alguns bancos.

	Hoje	Previsão para junho de 2012
Selic	10,5%	10,0%
CDI	10,5%	10,0%
Aplicação DI	10,2%	9,7%
CDI ao mês	0,84%	0,80%
Aplicação ao mês	0,81%	0,77%
Aplicação DI líquida mensal	0,62%	0,59%
Aplicação DI líquida anual	7,70%	7,31%
Poupança	0,60%	0,60%
Poupança anual	7,44%	7,44%
Inflação	5,00%	5,00%
Retorno real DI anual	2,57%	2,20%
Retorno real poupança anual	2,33%	2,33%

ECONOMIX FECOMERCIO SP
Representa muito para você.

PRESIDENTE: Abram Szajman
DIRETOR EXECUTIVO: Antonio Carlos Borges
COLABORAÇÃO: Assessoria Técnica
COORDENAÇÃO EDITORIAL E PRODUÇÃO: Fischer2 Indústria Criativa
EDITOR CHEFE: Jander Ramon
EDITORA EXECUTIVA: Selma Panazzo
PROJETO GRÁFICO: designTUTU
FALE COM A GENTE: economix@fecomercio.com.br
RUA DR. PLÍNIO BARRETO, 285 - BELA VISTA - 01313-020
SÃO PAULO - SP - WWW.FECOMERCIO.COM.BR